



Correspondência Eletrônica ANACEU 409/2010

NOTÍCIA I

# FOLHA.com

PAINEL DO LEITOR

São Paulo, quinta-feira, 04 de novembro de 2010

## Universidade

A nossa sociedade não deva custear o ensino de pessoas que não sabem conviver de maneira sadia com outras pessoas. As palavras do senhor Arthur Roquete de Macedo ("Quando a barbárie chega à universidade", "Tendências/Debates", ontem) foram cristalinas, repudiando a atitude imatura de universitários(?) com pouca lucidez.

JOSÉ ROBERTO DAS NEVES SANTOS (São Paulo, SP)

Ultrapassado pelas providências da Unesp para fatos abomináveis que envolveram alunos, o artigo "Quando a barbárie chega à universidade", do ex-reitor Arthur Roquete de Macedo, passa aos leitores a imagem de omissão desta instituição.

O texto desconsidera não só a moção de repúdio da congregação do campus de Assis mas também a decisão de abrir processo disciplinar, noticiada na capa da mesma edição (27 de outubro) deste jornal.

A indignação do ex-reitor não é menor do que a da atual Reitoria, que repudiou os citados fatos no mesmo dia em que eles foram notícia. Mas, por força do Estatuto da Unesp, de seu Regimento Geral e da própria Constituição Federal, a administração, para atuar com rigor, deve aguardar a conclusão do processo e agir como árbitro, e não como instância de acusação.

Extrapolar este princípio seria responder à barbárie com a própria barbárie.

HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD, reitor da Unesp -Universidade Estadual Paulista (São Paulo, SP)

**PEC DO DIPLOMA E DESONESTIDADE CIENTÍFICA**

São Paulo, quinta-feira, 04 de novembro de 2010

TENDÊNCIAS/DEBATES

MAURÍCIO TUFFANI

---

Apesar de não ser documento científico, deve-se exigir um mínimo de cientificidade de proposta legislativa, como a PEC do diploma do jornalismo

---

O que têm em comum o livro "O Ambientalista Cético", do estatístico dinamarquês Bjorn Lomborg, e o relatório da proposta de emenda constitucional (PEC) da Câmara dos Deputados que visa restaurar a exigência de formação superior específica em jornalismo para essa profissão no Brasil? Resposta: a desonestidade científica.

Para refutar a tese do aquecimento global, Lomborg questionou-a com estudos de pesquisadores. Mas, em vez de apresentá-la com fontes de igual status, recorreu a dados da mídia. Em 2003, o Comitê Dinamarquês sobre Desonestidade Científica enquadrou essa unilateralidade em seus "critérios objetivos de desonestidade científica".

Esse mesmo tipo de unilateralidade está no relatório aprovado em julho na comissão especial da Câmara sobre a PEC do diploma.

No texto do relator, deputado Hugo Leal (PSC-RJ), figuram como favoráveis à obrigatoriedade professores de jornalismo, advogados e sindicalistas; como contrários, somente representantes empresariais da imprensa.

Em outras palavras, o relatório contempla posições divergentes, mas dá ao saber acadêmico o papel de fiel da balança em favor da obrigatoriedade, algo como uma razão científica contra os padrões. Porém, isso não passa de uma distorção enganadora.

Na verdade, nesse documento, as sínteses dos depoimentos de professores omitem o ponto de vista acadêmico contrário à obrigatoriedade, que não é minoritário fora do país. Assim, o texto desconsidera obras de pesquisadores de jornalismo respeitados internacionalmente, como Daniel Cornu, diretor do Centro Franco-Suíço de Formação de Jornalistas, em Genebra.

É o caso também de Claude-Jean Bertrand, da Universidade de Paris 2, além de Bill Kovach, da Universidade do Missouri, e Tom Rosenstiel, diretor do Programa para Excelência do Jornalismo, em Washington.

Sem falar em brasileiros, como Bernardo Kucinski, da USP, e Ivana Bentes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em contraposição a longos trechos com exposições de advogados pró-diploma, o relatório apenas menciona, sem apresentar, pareceres contrários de Sidney Sanches e Célio Borja, ex-ministros do STF. E deixa de considerar outros juristas renomados, não só brasileiros, como Geraldo Ataliba e Eros Grau, mas também estrangeiros, como Jean Rivero e Hughes Moutouh.

Embora um relatório parlamentar não seja um documento científico, exige-se um mínimo de cientificidade de uma proposta legislativa.

Ainda mais por pretender restaurar uma exigência já condenada pelo STF e que só vigora em poucos países, entre eles África do Sul, Arábia Saudita, Colômbia, Congo, Costa do Marfim, Croácia, Equador, Honduras, Indonésia, Síria, Tunísia, Turquia e Ucrânia.

Não está em pauta aqui minha posição pessoal contra a obrigatoriedade do diploma, que desvinculo da função que exerço. As objeções deste artigo podem ser feitas até mesmo por partidários não casuístas dessa exigência, fiéis ao preceito jornalístico, científico e ético de não obstar o confronto de posições divergentes.

Além da PEC da Câmara dos Deputados, também já seguiu para votação em plenário outra, no Senado, de igual teor, apresentada com um relatório mais limitado ainda nos aspectos ora destacados.

Com o devido respeito aos parlamentares que atuaram nas duas propostas, aos quais seria temerário atribuir desonestidade, elas não estão em condições de serem votadas, muito menos de contestar uma decisão do STF.

---

MAURÍCIO TUFFANI, 53, é jornalista, editor do blog *Laudas Críticas* e assessor de comunicação e imprensa da Unesp.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. [debates@uol.com.br](mailto:debates@uol.com.br)



## **DIVULGADO O RESULTADO FINAL DE EDITAL DO OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO**

Publicada por Assessoria de Imprensa da Capes  
Quarta, 03 de Novembro de 2010 12:58

Foi divulgado na segunda-feira, 1º, o resultado final do programa Observatório da Educação 2010, que fomenta pesquisas educacionais com interesse especial nos estudos sobre os processos de alfabetização e de domínio da língua portuguesa e da matemática. Complementando o resultado preliminar divulgado em outubro, foram aprovadas mais quatro propostas de instituições de ensino superior que mantêm programas de pós-graduação recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O Observatório é fruto da parceria entre a Capes e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). As propostas de projetos de estudos foram apresentadas por núcleos de pesquisa formados por docentes coordenadores, estudantes de doutorado, mestrado e graduação e professores em efetivo exercício ou profissionais que exerçam a função de coordenador ou supervisor pedagógico na rede pública.

### **Benefícios**

Entre os itens financiáveis estão despesas de custeio no valor máximo de R\$ 50 mil por núcleo ao ano destinados à aquisição de material de consumo, inclusive materiais didáticos para alfabetização das crianças, jovens e adultos, passagens para atividades de estudos, pesquisas e docência bem como para participação em eventos acadêmicos relacionados às atividades do projeto e diárias para colaboradores em atividades de pesquisa e docência relacionadas ao projeto.

Também está prevista uma verba para despesas de capital, até o limite de R\$ 8 mil por núcleo por ano, para aquisição de coleções e materiais bibliográficos, equipamentos de processamento de dados e equipamentos para áudio, vídeo e foto. Há ainda a concessão de bolsas mensais pagas diretamente aos beneficiários, no valor de R\$ 1,5 mil para professor coordenador dos núcleos, R\$ 1,8 mil para doutorando, R\$ 1,2 mil para mestrando, R\$ 765 para docentes e profissionais da rede pública de ensino e R\$ 400 para estudantes de graduação.

<http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/4199-divulgado-o-resultado-final-de-edital-do-observatorio-da-educacao>



## **ENEM 2010 TEM ESTRUTURA SÓLIDA DE SEGURANÇA, DIZ PRESIDENTE DO INEP**

Amanda Cieglinski  
Da Agência Brasil  
Em Brasília  
04/11/2010 - 08h29

No próximo fim de semana, 4,6 milhões de estudantes devem participar do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A logística para realização da prova – desde a elaboração dos itens até a aplicação dos testes – é quase uma operação de guerra. São 330 mil pessoas envolvidas nos 16 mil locais de prova em 1,8 mil municípios.

O homem por trás da edição de 2010 é Joaquim Soares Neto, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Ele assumiu o órgão em janeiro após a demissão do ex-presidente Reynaldo Fernandes. Seu principal desafio é garantir que essa edição do Enem transcorra com tranquilidade depois dos problemas do ano passado, quando um caderno de provas foi furtado de dentro da gráfica e o exame teve que ser adiado às vésperas de sua aplicação.

Em entrevista à Agência Brasil, Neto responde às principais dúvidas dos estudantes, recomenda que cheguem cedo aos locais de prova e garante que há “uma estrutura sólida de segurança” para que o problema de 2009 não se repita.

Agência Brasil: Qual é a principal mudança do Enem neste ano?

Joaquim Soares Neto: A mudança principal é que incluímos a prova de língua estrangeira. O estudante fez a opção [durante a inscrição] pelo inglês ou o espanhol e tem que tomar bastante cuidado na hora da prova. Isso porque o caderno vai trazer questões de inglês e espanhol, mas a folha de resposta vem com a língua estrangeira que ele escolheu. Portanto, ele tem que responder a prova referente à língua escolhida, não pode trocar na hora.

Agência Brasil: No ano passado, houve reclamações dos candidatos sobre o tamanho dos enunciados das questões, que eram muito longos e cansativos. Houve alguma mudança nesse aspecto?

Neto: A orientação foi para que os enunciados fossem compatíveis com o tempo da prova, mas sem perder uma característica do Enem que é a de medir competências. Portanto, a prova deve ser balanceada, os textos não devem ser longos demais, mas é importante que o exame consiga medir a compreensão do aluno.

ABr: O edital desta edição proíbe o candidato de usar relógio na hora da prova, o que causou reclamações. Como o estudante vai controlar o tempo?

Neto: Ele vai ser avisado pelo aplicador quando faltar 30 minutos para o fim da prova. E o aplicador é orientado a portar relógio, então se o candidato se sentir desorientado em relação ao tempo pode perguntar ao aplicador. O importante é garantir a segurança e o sigilo da prova. Hoje há equipamentos sofisticados [de transmissão de dados] que podem ser colocados em relógios, e nós precisamos garantir que a prova seja segura. As medidas restritivas são muito importantes para que você garanta a segurança.

ABr: A segurança é uma das preocupações dos alunos, já que no passado houve o problema do roubo da prova. Que medidas foram tomadas para garantir a tranquilidade do processo em 2010?

Neto: Nós trabalhamos muito e em toda a estrutura do exame. Todas as secretarias de Segurança Pública dos estados estão envolvidas, além das três Forças Armadas e da Polícia Federal, que participou de forma consistente e planejada. Toda a impressão foi feita em uma gráfica de segurança máxima, com todos os cuidados necessários. E o processo de distribuição pelos Correios terá batedores acompanhando as provas quando elas forem transportadas por via terrestre. Também reforçamos a segurança da aplicação

com mais fiscais nos locais de prova. Vejo tudo isso como uma estrutura bastante sólida para garantir o sigilo e a segurança do Enem. Fizemos tudo que estava ao nosso alcance.

ABr: A cada ano cresce o número de instituições que utilizam a nota do Enem em seus processos seletivos, e a prova ganha novas funções. O trabalho de organização do exame também fica mais complexo?

Neto: O exame passou a ter um papel muito importante para o ensino médio e também para o ensino superior, então a logística tem que evoluir. Cada vez mais, trazemos método e tecnologia ao processo. O Inep está investindo intensamente em tecnologia de provas para atender a essa demanda e à expectativa da sociedade. O Enem passou a ter uma importância fundamental para a sociedade. Os estudantes que moram em regiões mais distantes não tinham acesso aos vestibulares por vários motivos - entre eles a distância ou questões econômicas. E agora a prova chega para todos. Isso traz uma discussão fundamental para o futuro do país, porque você está democratizando o acesso às vagas das universidades públicas.

ABr: O modelo de prova do Enem é diferente da maioria dos vestibulares. Que perfil de estudante o Enem busca selecionar?

Neto: Na sua proposta inicial, o Enem foca as competências e habilidades dos alunos. Hoje, o que a sociedade precisa é de pessoas com capacidade de desenvolver análises para que possam, dentro das condições dadas, tomar as decisões necessárias, se colocar perante um problema e resolvê-lo. É esse o tipo de cidadão que o país precisa e é essa pessoa que o Enem busca selecionar para as universidades.

<http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/11/04/enem-2010-tem-estrutura-solida-de-seguranca-diz-presidente-do-inep.jhtm>

**COTADO PARA GOVERNO DILMA, HADDAD DIZ ESTAR PROGRAMADO PARA VOLTAR A SP**

ANGELA PINHO  
DE BRASÍLIA  
03/11/2010 - 17h58

Tido como um dos ministros de Lula mais cotados para permanecer no governo Dilma Rousseff, Fernando Haddad (Educação) disse estar "programado" para voltar para São Paulo no ano que vem.

Ele, que é professor do curso de Ciências Sociais da USP, não quis responder, por outro lado, se descarta definitivamente continuar no governo da petista no caso de um convite. "Estou dizendo que não é para isso [ficar no governo] que me planejei."

Haddad disse ainda que ficou sete anos no ministério e que considera esse período "tempo suficiente". Afirmou ainda que o compromisso que assumiu foi de ficar no MEC até 31 de dezembro. "Eu vou honrar esse compromisso com o presidente Lula. Minha vida está organizada para a volta."

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/824985-cotado-para-governo-dilma-haddad-diz-estar-programado-para-voltar-a-sp.shtml>

## **UM PLANO DE GOVERNO**

José Pio Martins

Fiquei decepcionado com as propostas de Dilma e Serra, por três razões. A primeira é que tivemos uma campanha em que um (Serra) passou parte do tempo falando coisas miúdas como mutirões para exame de próstata e o outro (Dilma) não se cansou de dizer que “considera muito importante” cuidar do que é importante, numa fala enrolada e de explicações confusas. Parecia mais uma campanha para prefeito do que uma disputa para a presidência de um país de 194 milhões de habitantes.

A segunda razão, é que não há disputa mais atrasada do que aquela na qual a oposição a um candidato de esquerda é outro candidato de esquerda. A discussão fica pobre demais e vira uma disputa para ver quem é o papai Noel mais bonzinho. Na verdade, em termos de características dos candidatos, não havia oposição. Serra tem sua história na esquerda e, nisso, não é muito diferente de Dilma.

A terceira razão é uma ranhete minha: O PT inteiro vive falando que Dilma é uma pessoa culta e intelectual. Entretanto, ninguém apanhou tanto nessa campanha quanto a língua portuguesa. Dilma superou Lula, mas este sempre jactou-se de não ter escola nem diploma, enquanto ela andou alardeando que tem mestrado. Do jeito que a coisa vai, vamos ter que dar sumiço na gramática e nas regras mínimas de concordância entre sujeito, verbo e complemento, e deixar de exigí-las em provas e concursos. Para mim, é estranho que alguém culto consiga cometer tantos erros elementares. Meus amigos do PT vão dizer que isso não importa e o que vai valer é o governo que ela vier a fazer. Concordo, afinal ela não está sendo contratada para professora de comunicação nem de gramática.

Mas, indo ao que interessa, um plano de governo é algo complexo, extenso, que deve cobrir todas as funções de governo. Entretanto, eu gostaria de votar em um candidato que se comprometesse, pelo menos, com os seguintes pontos:

1. Defender a democracia política.
2. Garantir a liberdade, o Estado de Direito e os direitos individuais.
3. Proteger o direito de propriedade e os contratos juridicamente perfeitos.
4. Defender a economia de mercado e a abertura para o exterior.
5. Privatizar empresas estatais que atuam fora das áreas clássicas do Estado.
6. Reduzir a presença do Estado em atividades empresariais.
7. Priorizar a estabilidade da moeda e o controle da inflação.
8. Manter a liberdade cambial e combater a queda da taxa de câmbio.
9. Garantir a autonomia operacional do Banco Central.
10. Retomar o equilíbrio das contas públicas e o superávit primário.
11. Exigir o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.
12. Reduzir a dívida pública como proporção do PIB.
13. Reduzir o déficit da Previdência Social, inclusive a pública.
14. Atrair investimentos privados nacionais e estrangeiros para a infraestrutura.
15. Fazer um “choque de educação” e concentrar o governo na educação de base.
16. Trabalhar pelas reformas tributária, trabalhista e previdenciária.
17. No plano externo, defender os direitos humanos e não apoiar ditaduras.
18. Manter o Bolsa Família, mas criar “portas de saída” (educação e qualificação).

Democracia é um método para eleger, por voto da maioria, os representantes; mas não é um método para descobrir verdades científicas. Giordano Bruno foi queimado na fogueira, em 1600, entre outras razões porque um grupo de bispos decidiu, por votação, que era o sol que girava em torno da Terra, e não o contrário, como afirmava Giordano. A ciência só veio a progredir quando ela se desconectou da religião e passou a empregar o método científico (observação, comparação, análise, experimentação e conclusão).

Não é porque a maioria dos votantes apoia determinada tese que ela é cientificamente verdadeira. Esse é o problema das eleições: assuntos submetidos a determinadas leis científicas podem ter soluções desastrosas quando a escolha é feita por eleições (como é o caso de que os recursos do governo são

escassos e, portanto, não dá para aumentar os gastos em áreas sociais e, também, enfiar montanhas de dinheiro em empresas estatais).

Cabe aos políticos sérios explicar ao povo o que dá e o que não dá para fazer. Essa é a função dos grandes líderes.